

Anexo 2

Tabela 2.A.1: Teste de Causalidade de Granger

Hipótese Nula:	Obs	F-Estatística	Probabilidade
Rec.Trib não causa-Granger Desp.Prim	66	9.66	0.00
Desp.Prim não causa-Granger Rec.Trib		0.72	0.58
Tend. PIB não causa-Granger Deps. Prim	96	4.66	0.00
Desp. Prim não causa-Granger Tend. PIB		1.67	0.16
Industrialização não causa-Granger Desp. Prim	96	2.17	0.08
Desp. Prim não causa-Granger Industrialização		0.22	0.93
Centralização Despesa não Causa - Granger Desp. Prim	96	1.31	0.27
Desp. Prim não Causa – Granger Centralização		0.67	0.61
Centralização Receita não Causa - Granger Desp. Prim	96	0.94	0.44
Desp. Prim não Causa – Granger Centralização Receita		3.11	0.02
Tend. PIB não Causa – Granger Rec. Trib	97	4.94	0.00
Rec. Trib não Causa – Granger Tend. PIB		1.31	0.27
Industrialização não Causa - Granger Rec. Trib	97	2.14	0.08
Rec. Trib não Causa – Granger Industrialização		4.52	0.02
Centralização Despesa não Causa - Granger Rec. Trib	96	2.11	0.09
Rec. Trib não Causa – Granger Centralização Despesa		1.81	0.13
Centralização Receita não Causa - Granger Rec. Trib	97	1.69	0.16
Rec. Trib não Causa – Granger Centralização Receita		0.84	0.51
Industrialização não Causa - Granger Tend. PIB	97	2.76	0.03
Tend. PIB não Causa – Granger Industrialização		2.50	0.05
Centralização Despesa não Causa – Granger Tend. PIB	96	0.54	0.71
Tend. PIB não Causa – Granger Centralização Despesa		1.37	0.25
Centralização Receita não Causa – Granger Tend. PIB	97	5.48	0.00
TEND. PIB não Causa – Granger Centralização Receita		0.71	0.59
Centralização Despesa não Causa - Granger Industrialização	96	1.23	0.30
Industrialização não Causa – Granger Centralização Despesa		2.85	0.03
Centralização Receita não Causa – Granger Industrialização	97	0.83	0.51
Industrialização não Causa – Granger Centralização Receita		0.37	0.83
Centralização Despesa não Causa - Granger Centralização Receita		2.17	0.08

**Tabela 2.A.2: Teste de Cointegração (A) Níveis:
Tendência Determinística
Series: Despesa Primária, Receita Tributária, Tendência PIB, Industrialização e
População**

Autovalor	Razão de Verossimilhança	Valor Crítico ao 5%	Valor Crítico ao 1%	Hipótese: No. de Vetores de Cointegração
0.39	112.41	68.52	76.07	Nenhum **
0.29	63.95	47.21	54.46	Ao menos 1 **
0.22	30.63	29.68	35.65	Ao menos 2 *
0.07	6.93	15.41	20.04	Ao menos 3
0.00	0.17	3.76	6.65	Ao menos 4

O Teste de Razão de Verossimilhança indica 3 vetores de cointegração
Coeficientes Normalizados da Primeira Equação de Cointegração

Despesa Primária	Receita Tributária	Tendência do PIB	Grau de Industrialização	População	Constante
1.00	-0.64 (0.13)	0.79 (0.27)	1.16 (0.27)	-3.37 (0.56)	17.86
Log likelihood	1780.24				

**Tabela 2.A.3: Teste de Cointegração (B) % PIB:
Tendência Determinística
Series: Despesa Primária, Receita Tributária, Tendência PIB, Industrialização e
População**

Autovalor	Razão de Verossimilhança	Valor Crítico ao 5%	Valor Crítico ao 1%	Hipótese: No. de Vetores de Cointegração
0.404145	107.2775	68.52	76.07	Nenhum **
0.265900	57.05507	47.21	54.46	Ao menos 1 **
0.187877	27.07143	29.68	35.65	Ao menos 2 *
0.065745	6.885385	15.41	20.04	Ao menos 3
.002973	0.288847	3.76	6.65	Ao menos 4

O Teste de Razão de Verossimilhança indica 3 vetores de cointegração

Coeficientes Normalizados da Primeira Equação de Cointegração

Despesa Primária	Receita Tributária	Tendência do PIB	Grau de Industrialização	População	Constante
1.00	-0.80 (0.14)	1.18 (0.23)	0.99 (0.27)	-3.24 (0.56)	15.37
Log likelihood	1784.57				

Tabela 2.A.4: TAMANHO DO GOVERNO E CENTRALIZAÇÃO (A) Níveis

MÉTODO DE CORREÇÃO DE ERROS:	VARIÁVEIS DEPENDENTES	
	DIFERENÇA DESPESA PRIMÁRIA	DIFERENÇA RECEITA TRIBUTÁRIA
EQ. DE COINTEGRAÇÃO	-0.46 (-3.52)	0.10 (0.93)
DDESP. PRIM(-1)	-0.09 (-0.72)	0.01 (0.05)
DDESP. PRIM(-2)	0.15 (1.39)	0.16 (1.73)
DLRECTRIBR(-1)	0.18 (1.17)	-0.16 (-1.25)
DLRECTRIBR(-2)	-0.00 (-0.03)	-0.02 (-0.19)
DTENDPIB(-1)	-2.73 (-0.48)	12.83 (2.64)
DTENDPIB(-2)	5.08 (0.85)	-11.39 (-2.25)
DINDUSTRIALIZAÇÃO(-1)	-0.16 (-0.45)	0.08 (0.25)
DINDUSTRIALIZAÇÃO(-2)	0.07 (0.24)	0.32 (1.25)
CONSTANTE	-17.66 (-3.58)	3.14 (0.75)
POPULAÇÃO	1.62 (3.50)	-0.33 (-0.85)
CENTRALIZAÇÃO DA DESPESA PRIMÁRIA	0.23 (1.94)	-0.30 (-3.02)
CENTRALIZAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-0.25 (-1.25)	0.41 (2.40)
R ²	0.34	0.29
R ² AJUSTADO	0.24	0.19
F-STATÍSTICO	3.55	2.87
LOG VEROSIM.	89.27	105.21
Função Log-Verosim		1013.27
Critério de Informação de Akaike		-19.74
Critério de Informação de Schwarz		-18.25

TABELA 2.A.5: TAMANHO DO GOVERNO E CENTRALIZAÇÃO

MÉTODO DE CORREÇÃO DE ERROS:	VARIÁVEIS DEPENDENTES	
	DIFERENÇA DESPESA PRIMÁRIA / PIB	DIFERENÇA CARGA TRIBUTÁRIA
EQ. DE COINTEGRAÇÃO	-0.53 (-3.66)	0.10 (0.83)
DDESP. PRIM(-1)	-0.12 (-0.87)	-0.04 (-0.32)
DDESP. PRIM(-2)	0.029 (0.25)	0.05 (0.56)
DLRECTRIBR(-1)	0.053 (0.33)	-0.20 (-1.57)
DLRECTRIBR(-2)	-0.04 (-0.23)	0.02 (0.14)
DTENDPIB(-1)	-7.63 (-1.29)	5.81 (1.22)
DTENDPIB(-2)	9.36 (1.53)	-5.42 (-1.09)
DINDUSTRIALIZAÇÃO(-1)	-0.32 (-0.83)	-0.08 (-0.27)
DINDUSTRIALIZAÇÃO(-2)	-0.16 (-0.48)	0.04 (0.14)
CONSTANTE	-16.88 (-3.60)	3.00 (0.80)
POPULAÇÃO	1.61 (3.63)	-0.27 (-0.77)
CENTRALIZAÇÃO DA DESPESA PRIMÁRIA	0.27 (2.17)	-0.25 (-2.52)
CENTRALIZAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-0.46 (-2.15)	0.24 (1.39)
R ²	0.31	0.18
R ² AJUSTADO	0.21	0.07
F-STATÍSTICO	3.18	1.57
LOG VEROSIM.	83.83	105.02
Função Log-Verosim		1002.07
Critério de Informação de Akaike		-19.51
Critério de Informação de Schwarz		-18.02

Anexo – 3

Extensão do Modelo: Transferências Intergovernamentais e Composição da Despesa dos Governos Locais

Este anexo é uma adaptação do modelo teórico apresentado na segunda parte desse ensaio, estudando agora o efeito das transferências intergovernamentais sob a composição e a qualidade do gasto público municipal.

A diferença do modelo acima, os burocratas locais não maximizam o tamanho do seus orçamentos mas produzem bens públicos de forma ineficiente, ou seja com custos maiores aos mínimos. Da mesma forma que no modelo do *flypaper effect*, contrasta-se o efeito de aumentos de renda do eleitor mediano com os promovidos por aumentos das transferências intergovernamentais sobre a composição da despesas dos governos locais.

Da mesma forma que, quando sujeitos a restrições sobre sua taxa de lucro, as firmas que possuem poder de monopólio tendem a se sobre - capitalizar para ampliar seus níveis absolutos de lucros (ver em Klevorick, 1971 sobre o efeito Averch - Johnson), os burocratas públicos restritos pela quantidade de bens públicos que produzem, podem optar por produzir bens públicos com custos ineficientemente elevados. A ameaça de entrada, também explica porque um monopolista pode não estar interessado em maximizar seu lucro, optando por valorizar outro tipo de benefícios que implicam custos excessivos. (Baumol e outros, 1982)

No caso do setor público, da mesma forma que um monopolista em mercados contestáveis, isto é com ameaça de entrada de outros concorrentes, o administrador público está restrito a ter lucro zero, e portanto ter que maximizar benefícios não pecuniários tais como, salas de escritório amplas e luxuosas, menos horas de trabalho, contratação de funcionários subalternos, gastos de representação elevados, entre outras.

Esse tipo de ineficiência é conhecida na literatura como *organizational slack*¹ (Wyckoff, 1984). Assim, a maximização da diferença entre o volume de recursos gastos e o custo mínimo da provisão de um determinado nível de bens públicos, isto é a

¹ . O termo foi acunhado por Cyert e March (1963). Esse termo corresponde ao de Ineficiência – X. (Leibenstein, 1966)

magnitude da *organizational slack*, constitui o argumento do problema de maximização da burocracia pública.

3.A.1

O Modelo

Formalmente, agora a função de utilidade do burocrata tem dois argumentos: a quantidade de bem público que deve produzir e o excesso de gastos sobre o custo mínimo ou *organizational slack*:

$$\max U^B = U^B(G, S) \quad (A.1)$$

onde a função de excesso pode ser definida como:

$$S = p_G \cdot G - c(G) \quad (A.2)$$

onde $c(G)$ é a função de custo (mínimo) dos bens públicos. A restrição do problema do burocrata continua sendo a mesma do modelo acima:

$$U^{EM}(G, X) = \overline{Uo}^{EM} \quad (A.3)$$

Substituindo (2'), na função *organizational slack*, a equação (A.2) pode ser escrita como:

$$S = A + \left(\frac{Y^{EM} - f(G, \overline{Uo}^{EM})}{t} \right) - c(G) \quad (A.4)$$

A função S é côncava com relação á quantidade de bens públicos sempre que os custos sejam constantes ou crescentes:

$$\frac{\partial S}{\partial G} = -c'(G) - \frac{\partial f(G, \overline{Uo}^{EM})}{\partial G} \cdot \frac{1}{t} \leq 0 \quad e \quad \frac{\partial^2 S}{\partial G^2} = -c''(G) - \frac{\partial^2 f(G, \overline{Uo}^{EM})}{\partial^2 G} \cdot \frac{1}{t} \leq 0 \quad (A.5)$$

A condição de primeira ordem do burocrata será dada pela seguinte equação:

$$\frac{U_G^B}{U_S^B} = c'(G) + \frac{\partial f(G, \overline{Uo}^{EM})}{\partial G} \cdot \frac{1}{t} \quad (A.6)$$

onde U_G^B e U_S^B são as derivadas da função de utilidade do burocrata com respeito à quantidade de bens públicos e de *organizational slack*. Ou seja, o burocrata maximizará

sua utilidade no ponto de tangência entre sua curva de indiferença e a função de *organizational slack*. Note-se que o nível de G que maximiza a utilidade do burocrata se encontra na parte negativamente inclinada da função S (veja equação A.4) e não quando no ponto de máximo da função S ($\frac{\partial S}{\partial G} = 0$). Isto se deve, a que o burocrata também valoriza G e portanto, o nível de G que maximiza a utilidade do burocrata é maior ao nível de G que maximiza a função de *organizational slack*.

A quantidade de bem público G que maximiza a utilidade do burocrata estará mais próxima do nível que maximiza a função de excesso sempre que o burocrata dê um peso maior *organizational slack*. Pelo contrário, caso o burocrata priorize mais o tamanho do seu orçamento, G estará mais distante do G que torna $\frac{\partial S}{\partial G} = 0$.

Agora é possível analisar o efeito de uma transferência sobre o nível de excesso. Em primeiro lugar, observe-se que se o burocrata maximiza apenas o excesso de gastos, é possível observar que a transferência não possuirá nenhum efeito sobre G , devido a que a condição de maximização do excesso não inclui nenhum termo incluindo A :

$$t \cdot c'(G) = \frac{\partial f(G, \bar{U}_o^{EM})}{\partial G} \quad (A.7)$$

Dado que a utilidade de reserva do eleitor mediano não depende da transferência, o burocrata ao garantir esse nível de utilidade para o eleitor, não precisa usar os recursos recebidos no aumento dos bens públicos G . Portanto, a transferência pode ser alocada integralmente para o excesso de gastos burocráticos na provisão de bens públicos.

Na realidade, os dois modelos, o de maximização do tamanho do orçamento e do excesso de gastos burocráticos (*organizational slack*) representam dois casos extremos. Na realidade, dependendo da ponderação que o burocrata dá para o tamanho do seu orçamento ou para o excesso de despesas, um aumento de transferências intergovernamentais poderá ser destinado ao aumento da quantidade de bens públicos e ao aumento de ineficiência na provisão de bens públicos.

Em suma, ao analisar as condicionantes da *organizational slack*, o modelo apresentado permite inferir algumas explicações para identificar os determinantes de despesas burocráticas.

3.A.2

Análise Empírica da relação entre Transferências Intergovernamentais e Composição das Despesas Municipais.

Dado que o modelo acima estabelece que os burocratas locais devem garantir um nível de utilidade mínimo para o eleitor mediano \overline{U}_o^{EM} , para analisar o efeito das transferências sobre a estrutura funcional da despesa municipal, estimaram-se equações de demanda para as três categorias de despesas por função: burocráticas (ou de *overhead*), sociais e de infraestrutura.

As despesas municipais correspondentes às 16 funções econômicas foram agregadas em três grandes categorias. Gastos com administração central, planejamento e do poder legislativo, foram agrupados na categoria de *despesas de overhead*. O segundo grupo denominado de *despesas sociais* engloba os itens de saúde e saneamento, educação e cultura, habitação, e previdência e assistência social. Finalmente, a terceira categoria de *despesas de infraestrutura* está composta por despesas nas áreas de transportes, de comunicações, de energia, de indústria, comércio e serviços, de desenvolvimento regional e de agricultura².

As variáveis usadas para controlar a heterogeneidade estrutural foram as mesmas usadas na seção 5 desse capítulo. População Total do Município (controle de escala), densidade demográfica, grau de urbanização, proporção da população com menos de 14 anos, proporção da população com mais de 65 anos, proporção da população que é analfabeta, proporção da população de cor negra

Duas especificações foram usadas para testar o efeito da participação das transferências na estrutura da despesa municipal. A primeira regride o nível das despesas de *overhead*, sociais e de infraestrutura nas variáveis descritas acima, adicionando o nível

de despesa orçamentária de cada município para controlar a capacidade financeira do município. Na segunda, regrediram-se as participações destas três categorias de despesa na despesa total municipal nas variáveis explicitadas abaixo. Adicionalmente, criou-se um índice de qualidade da despesa pública que pondera com um peso decrescente à participação das despesas sociais, de infraestrutura e de *overhead* que logo foi regredido nas mesmas variáveis explicativas.

Portanto, as variáveis dependentes usadas na especificação das equações a serem estimadas são³:

A. *Variáveis dependentes*

1. Despesas de *Overhead*: Engloba os gastos nas funções de Administração, Planejamento e Legislativas
2. Despesas Sociais: Engloba os gastos nas funções de Educação, Saúde, Habitação, Assistência e Previdência Social e Trabalho
3. Despesas de Infraestrutura: Engloba o gasto nas funções de Agricultura, Comunicações, Energia, Desenvolvimento Regional, Indústria, comércio e serviços e Transportes.

4. Participação das Despesas de Overhead na Despesa Total:

$$PDesp\ Overhead = Despesas\ de\ Overhead / Despesa\ Total$$

5. Participação das Despesas Sociais na Despesa Total:

$$PDesp\ Sociais = Despesas\ Sociais / Despesa\ Total$$

6. Participação das Despesas de Infraestrutura na Despesa Total:

$$PDesp\ Infraestrutura = Despesas\ Infraestrutura / Despesa\ Total$$

7. Índice de Qualidade da despesa Municipal:

$$QI = 3 * PDesp\ Social + 2 * PDesp\ Overhead + 1 * PDesp\ Overhead$$

² . As informações de despesas por funções ainda incluem despesas de relações exteriores, segurança pública e trabalho. Agregados, estes itens de despesa representam menos de 1% da despesa total municipal.

³ . Em todas as regressões estimadas utilizou-se o logaritmo de todas as variáveis abaixo relacionadas. Portanto é possível interpretar os coeficientes obtidos como elasticidades.

3.A.3

Resultados da Estimação

Usando a amostra de mais de 2500 municípios brasileiros para o ano de 1991⁴ estimaram-se equações para os três grupos de despesa e para as participações dos mesmos na despesa total. A tabela A.3.1 apresenta os resultados para as equações correspondentes aos níveis de despesa por função. Em geral, tendo-se em conta o caráter *cross section* da amostra usada, a qualidade de ajustamento nos três casos é boa. Como se pode observar, os coeficientes correspondentes aos determinantes da demanda de bens públicos mudam de acordo com a categoria de despesa que está sendo considerada.

Em particular deve se observar a diferença no sinal da variável *Participação das transferências na renda total do eleitor mediano* nas três colunas da tabela A.3.1. Assim, observa-se que a importância das transferências intergovernamentais na renda total do eleitor mediano está positivamente correlacionada com as despesas de *overhead* e inversamente associada às despesas sociais e de infraestrutura.

Este fato confirma as previsões da discussão teórica da terceira seção deste trabalho: as burocracias locais utilizam as transferências intergovernamentais para expandir prioritariamente as despesas de *overhead*. Portanto, se o *flypaper effect* mostrava o efeito perverso das transferências intergovernamentais sobre o volume de despesa pública, as evidências apresentadas nesta seção demonstram que as transferências também afetam de forma negativa a composição das despesas municipais.

Com relação às outras variáveis do modelo, como era de se esperar, a despesa orçamentária é um controle forte para as despesas por função, a saber pelo seu sinal e sua elevada significância. Da mesma forma, o sinal do coeficiente da renda do eleitor mediano (com exceção dos gastos com infraestrutura) mostra que os bens públicos são bens normais.

No que tange ao efeito preço, observa-se uma resposta diferenciada para cada uma das categorias de despesa: no caso das despesas burocráticas o efeito preço é negativo.

⁴ . A escolha do ano de 1991 para o trabalho se deve ao requerimento de informação para o controle da heterogeneidade impõe a necessidade de usar apenas informação censitária. O último censo demográfico disponível é de 1991.

Para as despesas sociais observa-se uma relação positiva entre preço e demanda e no caso dos gastos com infraestrutura os resultados mostram que o preço dos bens públicos não afeta a demanda por este tipo de gasto.

Por sua vez, em termos gerais pode se observar que os sinais dos fatores estruturais tais como população, densidade demográfica, estrutura etária da população e grau de urbanização, não fogem da lógica comum sobre o efeito desses fatores sobre as distintas categorias de despesa. Por exemplo, as despesas sociais tendem a ser maiores quando há um maior número de pessoas com menos de 14 anos (despesas com saúde e educação) e com mais de 65 (despesas com saúde e previdência). Do lado oposto, essas variáveis diminuem o gasto com infraestrutura. Da mesma forma, é lógico supor uma relação positiva entre densidade demográfica e grau de urbanização com as despesas sociais e burocráticas. Na direção contrária, a correlação negativa entre densidade demográfica e grau de urbanização com as despesas de infraestrutura é um resultado surpreendente⁵.

Finalmente, a tabela abaixo, mostra que raça e grau de analfabetismo têm um comportamento heterogêneo e de difícil interpretação nas três regressões descritas na tabela A.3.1. Esse comportamento difere dos resultados encontrados em trabalho clássico sobre demanda de bens públicos nos quais se encontrou uma relação positiva entre despesas sociais e esses indicadores. Com relação à intensidade do poder burocrático, deveria se esperar que uma população pouco educada e marginalizada facilite o exercício do poder arbitrário da burocracia, levando a uma expansão de despesas burocráticas. (Borcheding, 1985, Lindbeck, 1985, Hamilton, 1983 e Wycoff, 1988).

A tabela 3.A.2 mostra os resultados das regressões que usam como variável dependente as proporções de gasto alocadas nas três categorias de funções. Os sinais e o grau de significância do coeficiente da variável *Participação das transferências na renda total do eleitor mediano* em cada uma das quatro regressões confirma o resultado encontrado anteriormente. As transferências intergovernamentais afetam negativamente a

⁵ . Uma razão para esse resultado pode ser a consideração das despesas de habitação e urbanismo como despesas sociais quando, pelo menos a parte de urbanismo deveria ser incluída na despesas de infraestrutura. O problema es que a classificação não discrimina essas duas categorias. De qualquer forma, numa próxima versão, a despesas com habitação e urbanismo serão incluídas na categoria de infraestrutura.

qualidade da despesa pública municipal: aumentam a participação das despesas de *overhead* sobre o total de despesas, diminuem às participações das despesas sociais e de infraestrutura e diminuem o índice da qualidade da despesa pública.

Tabela 3.A.1			
Resultados da Estimação Gasto por Função			
Variáveis Explicativas:	Variável Dependente		
	Despesa de Overhead	Despesas Sociais	Despesa de Infraestrutura
Constante	-0.55 (-2.83)	-0.59 (-5.34)	-2.91 (-5.41)
Despesa Orçamentária Municipal	0.79 (24.73)	1.03 (55.97)	1.20 (13.43)
Participação das transferências na renda do eleitor mediano	0.19 (6.79)	-0.05 (-2.84)	-0.30 (-3.66)
População Total	-0.10 (-2.29)	0.06 (2.30)	-0.10 (-0.83)
Densidade Demográfica	0.01 (1.97)	0.02 (5.69)	-0.17 (-8.43)
Grau de Urbanização	0.06 (3.59)	0.04 (3.68)	-0.37 (-7.50)
Prop. População com Menos de 14	0.30 (2.77)	0.15 (2.30)	-1.86 (-6.12)
Prop. População com Mais de 65	-0.11 (-3.39)	0.13 (7.03)	-0.17 (-1.95)
Prop. População Analfabeta	-0.04 (-1.06)	0.11 (4.95)	-0.38 (-3.52)
Prop. População Negra	-0.02 (-2.30)	-0.00 (-0.55)	0.12 (5.44)
R²	0.88	0.96	0.54
R² Ajustado	0.88	0.96	0.54
Log Verossimilhança	-980	445	-3352
Obs	2596	2592	2451

Por sua vez, observa-se que municípios com maior capacidade financeira, mensurada pela sua despesa orçamentária alocam uma menor proporção de seus recursos em gastos burocráticos, dedicando mais recursos nas funções sociais e de infraestrutura, exibindo desta forma uma maior qualidade de sua despesa. Da mesma forma, os resultados mostram que o preço dos bens públicos constitui um incentivo à melhora da qualidade dos bens públicos. Assim, contribuintes que pagam um preço maior por bens públicos exigem bens públicos de maior qualidade.

Com relação aos outros determinantes das despesas por função, os resultados exibidos na tabela 3.4.2 são totalmente coincidentes com os apresentados na 3. 4.1. População com menos de 14 anos e com mais de 65 tendem a elevar a participação das despesas sociais burocrática e diminuir à das despesas com infraestrutura. Densidade

demográfica e urbanização atuam no mesmo sentido, mostrando novamente essa relação surpreendente com as despesas de infraestrutura física.

Tabela 3.A.2				
Resultados da Estimação Composição do Gasto				
Variáveis Explicativas:	Variável Dependente			
	Participação das Despesas de Overhead	Participação das Despesas Sociais	Participação da Despesa de Infraestrutura	Índice de Qualidade da Despesa
Constante	-0.58 (-3.02)	-0.62 (-5.61)	-2.91 (-5.42)	0.81 (13.20)
Despesa Orçamentária Municipal	-0.20 (-6.30)	0.04 (2.16)	0.20 (2.22)	0.02 (1.62)
Renda Total do Eleitor Mediano	0.11 (2.54)	0.06 (2.17)	-0.48 (-3.88)	0.01 (0.95)
Preço dos Bens Públicos (tax share)	-0.29 (-5.76)	0.09 (3.24)	0.08 (0.59)	0.05 (3.08)
Participação das transferências na renda do eleitor mediano	0.20 (7.01)	-0.04 (-2.55)	-0.30 (-3.66)	-0.04 (-4.30)
População Total	-0.11 (-2.48)	0.06 (2.08)	-0.10 (-0.83)	0.03 (1.94)
Densidade Demográfica	0.01 (1.96)	0.02 (5.70)	-0.17 (-8.43)	0.01 (2.79)
Grau de Urbanização	0.06 (3.43)	0.04 (3.47)	-0.37 (-7.50)	-0.00 (-0.04)
Prop. População com Menos de 14	0.30 (2.78)	0.15 (2.32)	-1.86 (-6.12)	0.01 (0.07)
Prop. População com Mais de 65	-0.11 (-3.50)	0.13 (6.97)	-0.17 (-1.95)	0.06 (5.85)
Prop. População Analfabeta	-0.04 (-1.08)	0.11 (4.97)	-0.38 (-3.52)	0.04 (3.34)
Prop. População Negra	-0.02 (-2.33)	-0.00 (-0.58)	0.12 (5.44)	0.00 (0.62)
R²	0.06	0.07	0.14	0.04
R² Ajustado	0.05	0.05	0.13	0.038
Log Verossimilhança	-968	465	-3352	1989
Obs	2592	2591	2451	2592

3.A.4

Conclusões

Esta extensão mostrou que a estrutura de financiamento municipal também afeta a composição da despesa pública dos governos locais. Em particular, demonstrou-se que as transferências intergovernamentais para municípios favorecem o aumento de suas despesas de *overhead* e têm um efeito negativo sobre os seus gastos sociais e de infraestrutura. Assim, uma maior participação das transferências intergovernamentais na estrutura de financiamento municipal leva à redução da qualidade da despesa pública municipal – aumento de custos - que se expressa na maior participação de despesas de caráter burocrático e a redução da parcela de despesas sociais e de infraestrutura no total de despesas municipais.

Ao constatar que a participação das transferências intergovernamentais na receita total do eleitor mediano afeta a alocação de recursos públicos, esta parte fornece outras evidências que contrariam uma das principais implicações do modelo do eleitor mediano que é a equivalência entre aumentos de renda privada e de aumentos de transferências sobre o volume de despesa dos governos receptores de tais transferências.

Este estudo demonstrou o efeito negativo da participação das transferências na renda do eleitor mediano sobre a composição do gasto público municipal. Assim, junto com as evidências fornecidas no ensaio, os resultados empíricos obtidos agora mostram que não apenas o volume mas também a qualidade do gasto estão condicionados pela participação das transferências intergovernamentais no financiamento público municipal.

Dessa forma, é possível concluir que modelos alternativos para a determinação da despesa pública oferecem explicações mais adequadas sobre os processos de decisão coletiva sobre bens públicos. Esses modelos reconhecem que existem vantagens informacionais por parte das burocracias com relação aos eleitores – contribuintes, e que estas são usadas para atender seus próprios interesses. No caso da relação entre transferências e composição das despesas, se os eleitores têm informação imperfeita com relação às transferências intergovernamentais, esses modelos prevêem que os

administradores públicos podem destinar esses recursos prioritariamente para atividades burocráticas.

As implicações práticas derivadas deste estudo são bastante claras: a necessidade de um melhor desenho dos mecanismos de transferências e de fomentar a transparência do financiamento dos governos locais com o objeto de incentivar a melhora da qualidade do gasto público desta esfera de governo.

Anexo 4

Tabela 4.A.1: Taxa de Participação Política do Eleitorado					
	1982	1986	1990	1994	1998
Norte	0.75	0.88	0.75	0.70	0.70
Rondônia	0.80	0.89	0.73	0.69	0.70
Acre	0.75	0.90	0.80	0.78	0.75
Amazonas	0.73	0.87	0.76	0.73	0.71
Roraima	-	-	0.80	0.78	0.78
Para	0.75	0.88	0.74	0.68	0.67
Amapá	-	-	0.78	0.72	0.86
Tocantins	-	-	0.75	0.68	0.80
Nordeste	0.76	0.94	0.81	0.77	0.73
Maranhão	0.73	0.88	0.72	0.70	0.69
Piauí	0.80	0.94	0.83	0.78	0.76
Ceara	0.81	0.94	0.83	0.78	0.77
Rio Grande do Norte	0.78	0.96	0.86	0.84	0.81
Paraíba	0.76	0.95	0.82	0.77	0.75
Pernambuco	0.77	0.94	0.84	0.79	0.74
Alagoas	0.77	0.93	0.78	0.85	0.72
Sergipe	0.80	0.96	0.86	0.83	0.78
Bahia	0.73	0.94	0.79	0.73	0.68
Sudeste	0.87	0.96	0.90	0.86	0.82
Minas Gerais	0.86	0.95	0.86	0.84	0.80
Espírito Santo	0.86	0.96	0.87	0.83	0.78
Rio de Janeiro	0.87	0.96	0.90	0.82	0.80
São Paulo	0.88	0.97	0.91	0.89	0.83
Sul	0.84	0.96	0.89	0.86	0.82
Paraná	0.77	0.95	0.86	0.83	0.79
Santa Catarina	0.87	0.97	0.90	0.87	0.84
Rio Grande do Sul	0.89	0.97	0.91	0.88	0.85
Centro-Oeste	0.75	0.93	0.83	0.80	0.78
Mato Grosso do Sul	0.74	0.94	0.84	0.82	0.79
Mato Grosso	0.74	0.89	0.76	0.73	0.71
Goiás	0.76	0.94	0.84	0.81	0.79
Distrito Federal	-	-	0.87	0.86	0.85
Brasil	0.83	0.95	0.86	0.82	0.79

Fonte: Laboratório de estudos experimentais – IUPERJ

Tabela 4.A.2: Índice de Competitividade Política

	1982	1986	1990	1994	1998
Norte	0.48	1.60	4.53	2.89	4.54
Rondônia	0.48	0.00	4.90	4.02	5.08
Acre	0.44	1.10	2.96	2.50	3.56
Amazonas	0.50	1.92	6.52	3.85	5.17
Roraima	-	-	3.90	2.50	5.62
Para	0.49	2.63	5.62	2.43	4.18
Amapá	-	-	4.75	3.47	5.82
Tocantins	-	-	2.85	1.88	3.31
Nordeste	0.24	1.52	3.01	2.11	2.77
Maranhão	0.01	2.11	3.82	3.57	4.87
Piauí	0.07	0.82	1.83	0.98	1.95
Ceara	0.48	1.71	1.78	2.40	2.91
Rio Grande do Norte	0.48	0.77	1.48	1.56	1.71
Paraíba	0.06	0.58	2.14	1.18	1.60
Pernambuco	0.26	1.96	3.04	1.74	2.91
Alagoas	0.19	1.37	3.80	1.11	2.31
Sergipe	-0.19	1.58	3.85	2.25	3.96
Bahia	0.44	1.83	4.34	2.84	2.34
Sudeste	1.39	5.06	7.10	4.14	5.77
Minas Gerais	0.67	3.75	6.34	3.66	4.21
Espírito Santo	0.52	2.32	5.17	3.27	4.27
Rio de Janeiro	2.29	8.92	9.80	6.19	8.13
São Paulo	1.61	4.03	6.25	3.29	5.77
Sul	0.52	1.51	3.55	2.03	2.76
Paraná	0.33	2.01	4.31	2.32	2.90
Santa Catarina	0.28	0.11	2.89	1.16	2.58
Rio Grande do Sul	0.88	2.04	3.29	2.36	2.76
Centro-Oeste	0.38	1.20	3.90	2.69	5.23
Mato Grosso do Sul	0.08	1.15	2.56	1.40	2.83
Mato Grosso	0.50	-0.23	3.56	1.83	3.65
Goiás	0.49	2.07	3.89	3.48	3.84
Distrito Federal	-	-	5.58	3.52	11.50
Brasil	0.64	2.47	4.47	2.82	4.10

Fonte: Laboratório de estudos experimentais - IUPERJ

TABELA A.3: Índice de Fragmentação Partidária

	1982	1986	1990	1994	1998
Norte	0.90	0.78	0.89	0.89	0.91
Rondônia	0.90	0.75	0.90	0.95	0.95
Acre	0.77	0.86	0.84	0.87	0.93
Amazonas	0.95	0.86	0.89	0.89	0.91
Roraima	-	-	0.92	0.88	0.91
Pará	0.98	0.67	0.92	0.91	0.94
Amapá	-	-	0.92	0.88	0.92
Tocantins	-	-	0.83	0.88	0.83
Nordeste	0.83	0.83	0.86	0.85	0.88
Maranhão	0.61	0.80	0.86	0.95	0.93
Piauí	0.90	0.88	0.84	0.80	0.87
Ceará	0.76	0.75	0.85	0.83	0.81
Rio Grande do Norte	0.90	0.92	0.79	0.79	0.87
Paraíba	0.92	0.92	0.90	0.76	0.78
Pernambuco	0.97	0.82	0.90	0.82	0.90
Alagoas	0.90	0.88	0.91	0.91	0.93
Sergipe	0.63	0.84	0.84	0.90	0.93
Bahia	0.91	0.69	0.87	0.91	0.88
Sudeste	0.86	0.82	0.93	0.93	0.94
Minas Gerais	0.77	0.75	0.93	0.94	0.96
Espírito Santo	0.93	0.75	0.95	0.95	0.94
Rio de Janeiro	0.90	0.90	0.93	0.93	0.93
São Paulo	0.86	0.86	0.92	0.92	0.94
Sul	0.96	0.73	0.90	0.91	0.93
Paraná	0.96	0.59	0.92	0.94	0.94
Santa Catarina	0.97	0.77	0.88	0.88	0.91
Rio Grande do Sul	0.95	0.84	0.91	0.91	0.93
Centro - Oeste	0.84	0.70	0.86	0.91	0.90
Mato Grosso do Sul	0.96	0.75	0.89	0.94	0.91
Mato Grosso	0.95	0.71	0.77	0.90	0.91
Goiás	0.60	0.64	0.86	0.93	0.85
Distrito Federal	-	-	0.92	0.86	0.92
Brasil	0.88	0.77	0.89	0.90	0.91

Fonte: Laboratório de estudos experimentais - IUPERJ

Tabela 4.A.4: Eleições de 1982, 1986, 1990 e 1994						
	1982		1986		1990	
AC	Nabor Teles	PMDB	Flaviano Melo	PMDB	Edmundo Pinto	PDS
AL	Divaldo Suruagy	PDS	Fernando Collor	PMDB	Geraldo Bulhões	PSC
AM	Gilberto	PMDB	Amazonino	PMDB	Gilberto	PMDB
AP	-	-	-	-	Anníbal	PFL
BA	João Durval	PDS	Waldir Pires	PMDB	Antônio C.	PFL
CE	Luís G. Mota	PDS	Tasso Jereissati	PMDB	Ciro Gomes	PSDB
DF	-	-	-	-	Joaquim Roriz	PTR
ES	Gerson Camata	PMDB	Max Mauro	PMDB	Albuíno Azeredo	PDT
GO	Íris Rezende	PMDB	Henrique	PMDB	Iris Resende	PMDB
MA	Luís Alves C.	PDS	Epitácio	PMDB	Edison Lobão	PFL
MG	Tancredo Neves	PMDB	Newton Cardoso	PMDB	Hélio Garcia	PRS
MS	Wilson B.	PMDB	Marcelo Miranda	PMDB	Pedro	PTB
MT	Júlio Campos	PDS	Carlos Bezerra	PMDB	Jaime Campos	PFL
PA	Jáder Barbalho	PMDB	Hélio Gueiros	PMDB	Jáder Barbalho	PMDB
PB	Wilson Braga	PDS	Tarcísio Burity	PMDB	Ronaldo Lima	PMDB
PE	Roberto	PDS	Miguel Arraes	PMDB	Joaquim	PFL
PI	Hugo Napoleão	PDS	Alberto Silva	PMDB	Antônio Freitas	PFL
PR	José Richa	PMDB	Álvaro Dias	PMDB	Roberto Requião	PMDB
RJ	Leonel Brizola	PDT	Moreira Franco	PMDB	Leonel Brizola	PDT
RN	José Agripino	PDS	Geraldo Melo	PMDB	José Agripino	PDS
RO	-	-	Jerônimo	PMDB	Valdir Raupp	PRN
RR	-	-	-	-	Ottomar Pinto	PTB
RS	Jair Soares	PDS	Pedro Simon	PMDB	Alceu Collares	PDT
SC	Esperidião Amin	PDS	Pedro Ivo de	PMDB	Vilson Kleinubing	PFL
SE	João Alves Filho	PDS	Antônio C.	PFL	João Alves Filho	PMDB
SP	Franco Montoro	PMDB	Orestes Quécia	PMDB	Luiz Antônio F.	PMDB
TO	-	-	-	-	Moisés Avelino	PMDB

Tabela 4.A.4 (Cont.): Eleições de 1982, 1986, 1990 e 1994		
	1994	
AC	Oleir Messias	PPR
AL	Divaldo Suruagy	PMDB
AM	Amazonino	PPR
AP	João Capiberibe	PSB
BA	Paulo Souto	PFL
CE	Tasso Jereissati	PSDB
DF	Cristóvam	PT
ES	Vítor Buaiz	PT
GO	Maguito Vilela	PMDB
MA	Roseana Sarney	PFL
MG	Eduardo	PSDB
MS	Wilson Martins	PMDB
MT	Dante de Oliveira	PDT
PA	Almir Gabriel	PSDB
PB	Antônio Mariz	PMDB
PE	Miguel Arraes	PSB
PI	Francisco Sousa	PMDB
PR	Jaime Lerner	PDT
RJ	Marcello Alencar	PSDB
RN	Garibaldi Alves	PMDB
RO	Valdir Raupp	PMDB
RR	Neudo Campos	PTB
RS	Antônio Britto	PMDB
SC	Paulo Afonso	PMDB
SE	Albano Franco	PSDB
SP	Mário Covas	PSDB
TO	Siqueira Campos	PPR

Tabela 4.A.5: Orientação ideológica dos partidos políticos		
Sigla	Nome do Partido	Inclinação Política
PDT	Partido Democrático Trabalhista	Esquerda
PFL	Partido da Frente Liberal	Direita
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Centro
PPR	Partido Progressista Renovador	Direita
PRT	Partido Republicano Trabalhista	Direita
PSD	Partido Social Democrático	Direita
PSB	Partido Socialista Brasileiro	Esquerda
PSC	Partido Social Cristão	Centro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileiro	Centro-Esquerda
PT	Partido dos Trabalhadores	Esquerda
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	Direita
PTR	Partido Trabalhista Renovador	Direita

Tabela 4.A.6. Contas Primárias Dos Governos Estaduais Brasileiros, 1985 – 97
(mil Reais de 99)

	198 5	198 8	199 1	199 4	199 5	199 6	199 7
Receita Corrente	65299	70361	84905	84325	99042	105601	110115
Transferências para Municípios	9834	10269	15166	15430	17776	19886	19387
Receita Líquida Corrente	55466	60092	69739	68896	81266	85715	90729
Receita Tributária	47701	47058	59292	60628	69380	74276	72927
ICMS	45276	45839	57411	60097	66091	70488	68884
Transferências Constitucionais	9271	8191	13141	14000	16521	17307	13095
Outras Receitas Correntes	8329	15112	12471	9698	13140	14018	24094
Despesa Primária	73773	83751	88715	97800	103621	104758	115272
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais	29382	32334	36720	38094	50463	56049	54216
Investimento	6392	6595	5944	6319	9025	9566	26761
Balanco Primário*	-5451	-8082	-1628	-9425	-3504	5017	9927

**Tabela 4.A.7: Despesa Primária per capita
(em reais de 99)**

U.F.	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997
Rondônia	1328	1552	1254	1064	1649	1228	581	651	729	483	587
Acre	1015	1195	1019	918	1016	1432	1109	1196	1364	1045	1083
Amazonas	473	810	786	662	1065	897	476	601	980	981	784
Roraima	3282	3456	2977	2350	3138	3561	2552	2111	3314	2376	1862
Pará	260	333	287	223	285	361	321	318	364	396	393
Amapá	1805	1964	1512	1204	2083	2783	1409	1125	1091	1037	1096
Tocantins	-	-	-	-	-	-	699	785	691	977	1050
Maranhão	300	308	252	236	340	260	259	239	254	274	264
Piauí	322	439	378	259	273	431	270	317	398	382	383
Ceará	251	348	302	336	308	336	309	364	364	396	382
Rio Grande do Norte	350	410	491	406	376	483	328	391	426	404	440
Paraíba	336	440	370	267	250	429	295	325	325	367	375
Pernambuco	338	432	361	334	345	394	326	347	382	424	402
Alagoas	383	472	418	244	240	405	292	296	330	441	400
Sergipe	571	727	509	499	453	625	495	548	631	596	720
Bahia	474	515	362	396	360	383	415	373	371	403	408
Minas Gerais	488	537	593	570	643	649	521	487	664	590	645
Espírito Santo	590	834	560	446	564	703	618	692	1002	979	998
Rio de Janeiro	542	780	674	669	598	760	691	640	743	603	630
São Paulo	773	1067	1021	981	1150	1249	992	1178	980	982	1376
Paraná	483	633	606	603	503	381	359	362	451	508	635
Santa Catarina	543	759	625	544	684	695	551	546	667	686	632
Rio Grande do Sul	715	803	643	545	704	805	729	650	724	825	910
Mato Grosso do Sul	904	1019	929	743	656	741	586	636	540	591	586
Mato Grosso	1573	1094	1015	787	805	901	560	575	844	646	663
Goiás	556	675	598	594	482	741	507	528	498	555	590
Distrito Federal	1390	1478	1603	1591	2252	2345	2028	2307	2297	2331	1589

Referências Bibliográficas

ALESINA, A.; PEROTTI, R. Fiscal Expansions and Adjustment in OECD Countries. **Economic Policy**, V. 21: p 207-45. 1995a.

ALESINA, A.; PEROTTI, R. The Political Economy of Budget Deficits. **IMF Staff Papers**, v. 42, 1-29. 1995b

ALESINA, A.; ROSENTHAL, H. **Partisan Politics, Divided Government, and the Economy**. Cambridge: Cambridge University Press. 1995.

ALESINA, A.; ROUBINI, N.; COHEN, G. **Political Cycles and the Macroeconomy**. Cambridge: The MIT Press. 1997.

ALESINA, A. et al. **Budget Institutions and Fiscal Performance in Latin America**. Working Paper Series No 394. Inter-American Development Bank. Washington DC: IADB. 1999

ALESINA, A.; RODRICK, D. Distributive Politics and Economic Growth. **Quarterly Journal of Economics**, v. 109, n. 2, p 465-90. 1994.

ALT, J.; LOWRY, R. Divided Government, Fiscal Institutions and Budget Deficits: Evidence from the States. **American Political Science Review**, v. 88, 811-29. 1994.

ALTBURG, L.; VALS, L.P. **O Setor Público Brasileiro 1890/45**. Texto de Discussão No 845. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA. 2001.

ANDRADE, T.A. ; SERRA, R.V. **Cálculo dos PIBs municipais**, Nemesis - Ipea. 1999.

BACHA, E.L. **O Fisco e a Inflação**. In: XXII Encontro Nacional de Economia de 1993. ANPEC. Florianópolis, SC. ANPEC. 1993.

BAUMOL, W.; PANZAR, J.J.; WILLIG, R.D. **Contestable Markets and the Theory of Industry Structure**. New York: Hartcourt Brace Jovanovich. 1982.

BEVILAQUA, A.S.; WERNECK, R.L. **Delaying Public-sector reforms: Post stabilization Fiscal Strains in Brazil**. Working Paper Series No 364. Inter-American Development Bank. Washington DC: IADB. 1998.

BEVILAQUA, A.S. **State-governments bailouts in Brazil**. Texto de Discussão No 421. Departamento de Economia PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC. 2000.

BIRD, R. Threading the Fiscal Labyrinth: Some Issues in Fiscal Decentralization. **National Tax Journal**, v. XLVI, no 2, 207-26. 1993.

BLANCHARD, O. **Suggestions for a New Set of Fiscal Indicators**. Working Paper No. 79. Organization for Economic Co-operation and Development. Economics and Statistics Department. Paris: OECD. 1990.

BLANCHARD, O.; Schleifer, A. **Federalism with and without Political Centralization: China versus Russia**. Working Paper No 7616. National Bureau of Economic Research. Cambridge: NBER. 2000.

BLANCO, F.A.; Reis, E.J. Capacidade Tributária dos Estados Brasileiros – 1970/90. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A Economia Brasileira em Perspectiva 1996**. Rio de Janeiro: IPEA. p 325-52. 1996.

BLANCO, F.A. **Disparidades Econômicas Interregionais Capacidade de Obtenção de Recursos Tributários, Esforço Fiscal e Gasto Público no Federalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES. 1998.

Blanco, F.A.; Carvalho, L.M. **Os Efeitos Expansivos das Transferências Intergovernamentais e Transbordamentos Espaciais de Despesas Públicas: Evidências para os Municípios Brasileiros –1996**. In: XXIII Encontro da Sociedade Brasileira de Econometria de 2000. Campinas, SP. 2000.

BONOMO, M.A; TERRA, M.C. **The Political Economy of Exchange Rate Policy in Brazil: 1964-1997**. Working Paper Series No 367. Inter-American Development Bank. Washington DC: IADB. 1999.

BORCHERDING, T.E. The Causes of Government Expenditure Growth: a Survey of the US Evidence. **Journal of Public Economics**, v. 28, p 359-82. 1985.

BOSCH, N.; SUAREZ, J. Seven Hypothesis About Public Choice and local Spending. **Public Finance**, v. 50, no 1, p 36-50. 1995,

BRADFORD, D.F.; OATES, W.E. The analysis of revenue sharing in a new approach to collective fiscal decisions, **Quarterly Journal of Economics**, v. 85, no 3, p 416–39. 1971

BRENNAN, G.; BUCHANAN, J. **The Power to Tax: Analytical Foundations of a Fiscal Constitutions**. Cambridge: Cambridge University Press. 1980,

BRENNAN, G.; BUCHANAN, J. Tax Instruments as Constraint on the Disposition of Public Revenues. **Journal of Public Economics**, v. 9, p 301-318. 1978a.

BRENNAN, G.; BUCHANAN, J. **Towards a Tax Constitution for the Leviathan**, *Journal of Public Economics*. v. 8, p 225-273. 1978.

CHAPPELL, H.; KEECH, W. A New View of Political Accountability for Economic Performance. *American Political Science Review*. V. 79, p 10-27. 1985.

COURANT, P.N.; GRAMLICH.E.; RUBINFELD, D. The stimulative effects of intergovernmental grants: or why money sticks where it hits. In: P. Mieszkowski e W.H. Oakland (eds). **Fiscal Federalism and Grants-in-Aid**. The Urban Institute. 1979.

CYERT, R.; MARCH, J.G. **A Behavioral Theory of the Firm**. New Jersey: Prentice Hall. 1963.

DAVIDSON, J.E. et al. Econometric Modeling of the Aggregate Time-Series Relationship between Consumer's Expenditure and Income in the United Kingdom. *Economic Journal*. V. 88, p 661-92. 1978.

DILLINGER, W.D.; WEBB, S.B. Fiscal Management in Federal Democracies: Argentina and Brazil. World Bank. 1999.

DOWNS, A. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper and Row. 1957.

FEREJOHN, J. Incumbent Performance and Electoral Control. *Public Choice*. v. 50, p 5-27. 1986.

FILIMON, R. T.; ROMER, C.; ROSENTHAL. H. Asymmetric Information and Agenda Control The bases of monopoly power in public spending. *Journal of Public Economics*. v. 17, p 51 – 71. 1982.

FISHER, R.C. Income and Grants Effects on Local Expenditure: the Flypaper Effect and other difficulties. *Journal of Public Economics*. v. 17, p 51-70. 1982.

FUKASAKU, K.; MELLO, L.R. (Orgs). Fiscal Decentralisation in Emerging Economies: Governance Issues. Organization for Economic Co-operation and Development. Development Centre Seminars. Brasília: OECD. 1999.

GAMERMAN, D. **Markov Chain Monte Carlo: stochastic simulation for Bayesian inference**. Londres: Chapman & Hall. 1997.

GRAMLICH, E.; GALPER. H. State and local behavior and federal grant policy. *Brookings Papers on Economic Activity*. v. 1: 15 – 58. 1973.

GRAMLICH, E. Intergovernmental Grants: a review of the empirical literature. In Oates, W.E (Ed). **The political economy of fiscal federalism**. Lexington Press. 1977.

GREENE, W. **Econometric Analysis**. 2nd Edition. New Jersey: Prentice Hall. 1995.

HAMILTON, B.W. The flypaper effect and other anomalies. **Journal of Public Economics**. v. 22, p 347-61. 1983.

HSIAO, C. **Analysis of Panel Data**. Cambridge; Cambridge University Press. 1989.

HUTHER, J.; SHAH, A. **A Simple Measure of Good Governance and its Application to the Debate on the Appropriate Level of Fiscal Decentralization**. Working Paper No 1894. World Bank. Washington DC: WB. 1996.

JONES, M.; SANGUINETTI, P.; TOMMASI, M. Politics, Institutions, and Fiscal Performance in a Federal System. An analysis of the Argentine provinces. **Journal of Development Economics**. v 61, p 305-33. 1999.

KAU, J.B.; RUBIN, P.H. **The Growth of Government: Sources and Limits**. mimeo. 2000.

KLEVORICK, A. The Optimal Fair Rate of Return. **Bell Journal of Economics**. v. 2, p 122 –53. 1971.

KRAEMER, M. **Intergovernmental Transfers and Political Representation: Empirical Evidence from Argentina, Brazil and Mexico**. Working Paper Series No 345. Inter-American Development Bank. Washington: IADB. 1997

LEIBENSTEIN, H. Allocative Efficiency vs 'X-Efficiency'. **American Economic Review**. v. 56, p 392-415. 1966.

LINDBECK, A. Redistribution Policy and the Expansion of the Public Sector. **Journal of Public Economics**. v. 28, p 309-29. 1985,

LLEDO, V.D.; FERREIRA, P.C. Crescimento Endôgeno, Distribuição de Renda e Política Fiscal: uma análise cross-section para os estados brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v. 27, p 41-69. 1997.

MC KELVEY, R. "Policy Related Voting and Electoral Equilibrium". *Econométrica* 43: 815-843 1975,

MENDES, J. M. **Incentivos Eleitorais e Desequilíbrio Fiscal de Estados e Municípios**. Instituto Braudel de Economia Mundial. 1998,

MOFFIT, R.A. The effects of grants-in-aid and local expenditures: the case of AFDC. **Journal of Public Economics**. v. 23, p 279-305. 1984.

NISKANEN, W. **Bureaucracy and representative government**. Aldine-Atherton. 1971.

NORDHAUS, W. The Political Business Cycle. **The Review of Economic Studies**. v. 42, p 169-190. 1975.

OATES, W.E. **Fiscal Federalism**. New York. Harcourt Brace Jovanovich. 1972.

_____. Searching for Leviathan: an Empirical Study. **American Economic Review**. v. 74, no 4, p 748-757. 1985.

_____. Searching for Leviathan: A Reply and Some Further Reflections. **American Economic Review**. v. 79, no 4, p 578-83. 1989.

_____. An essay on Fiscal Federalism. **Journal of Economic Literature**. v. 37, p 1120-49. 1999.

PELTZMAN, S. The Growth of Government. **Journal of Law and Economics**. v. 23, no 2, p 209-88. 1980.

_____. Voters as Fiscal Conservatives. **Quarterly Journal of Economics**. v. 57, p 327-61. 1992.

PRUD'HOMME, R. On the Dangers of Decentralisation. **The World Bank Research Observer**. v. 10, p 201-20. 1995.

REMMER, K.; WIBBELS, R. The subnational Politics of Economic Adjustments: Provincial Politics and Fiscal Performance in Argentina. **Comparative Political Studies**. v. 33, p 4194-51. 2000.

RIBEIRO, E.P. Estimating private demands for public goods. **Análise Econômica**. v. 28, 35 – 43. 1997.

ROEMER, J.; SILVESTRE, J. **The flypaper effect is not na anomaly**. Working Paper No 534. University of California. Davis: UCD. 2000.

ROMER, T.; ROSENTHAL, H. The elusive median voter. **Journal of Public Economics**. v. 12, p 143 – 170. 1979.

ROUBINI, N.; SACHS, J.D. Political and Economic Determinants of Budget Deficits in the Industrial Democracies. **European Economic Review**, v. 33. 1989.

ROUBINI, N. Economic and Political Determinants of Budget Deficits in Developing Countries. **Journal of International Money and Finance**. v. 10, p 549-72. 1991.

SAMUELSON, P. A Pure Theory of Public Expenditure. **Review of Economics and Statistics**. v. 36, p 387-89. 1954.

SCHNEIDER, A. **Loyalty and Voice: Budget Institutions in Brazilian States**. In Annual Meeting of LASA. Miami. 2000.

SCHWENGBER, S.B.; RIBEIRO, E.P. **O Impacto do fundo de Participação FPE no esforço tributário dos estados**: uma estimativa do potencial de arrecadação do ICMS. In IV Prêmio Tesouro Nacional, Monografias em Finanças Públicas, p 333-416. Brasília, Secretaria do Tesouro Nacional. 2000.

SHAH, A. **The New Fiscal Federalism in Brazil**. Working Paper No 124. World Bank. Washington DC: WB. 1992.

SHAH, A. "Fiscal Federalism and Macroeconomic Governance: For Better or Worse?" World Bank Discussion Papers. Washington D.C. World Bank. 1998,

STIGLITZ, J.E. **Economics of the Public Sector**. W.W Norton & Company, p145-177. 1988.

STRUMPF, K.S. A predictive index for the flypaper effect. **Journal of Public Economics**. v. 69, p 389 - 412. 1998.

TABELLINI, G. **Constitutional Determinants of Government Spending**. Working Paper No Department of Economics, Bocconi University. Milano: Uni-Bocconi. 2000.

TABELLINI, G.; PERSSON, T. The size and Scope of Government: Comparative Politics with Rational Politicians, **European Economic Review**. v. 43, p 699-735. 1999.

TANZI, V. **Fiscal Federalism and Decentralization: A Review of Some Efficiency and Macroeconomic Aspects**. In: Annual World Bank Conference on Development Economics. 1995. The World Bank, Washington D.C. 1996.

TUFTE, E. **Political Control of the Economy**. New York: Princeton University Press. 1978.

TIEBOUT, C. A pure theory of of local expenditures. **Journal of Political Economy**. v. 64, p 416-24. 1956.

TURNBULL, G. Fiscal illusion, uncertainty and the flypaper effect. **Journal of Public Economics**. v. 48, p 207-23. 1992.

VARSAÑO, R. O Sistema Tributário é adequado para hoje?. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v. 11, p 203-28. 1981.

VARSAÑO, R.; LEZAN, E. **O Sistema Tributário Brasileiro**. Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal. 1983.

VARSAÑO, R. **A evolução ao Sistema Tributário Brasileiro ao Longo do Século XX**. Texto de Discussão Interna No 405. Ipea. 1999.

VON HAGEN, J.; EICHENGREEN, B.; HAUSMAN, R. **Reforming Budgetary Institutions in Latin American**. Working Paper No 5586. National Bureau of Economic Research. Cambridge: NBER. 1996.

WALLIS, J.; OATES, W.E. The Impact of the New Deal on American Federalism In: Bordo, M.; Goldin, C.; White, E. (Eds). **The Great Depression and the American Economy**. Chicago: University of Chicago Press. 1998.

WERNECK, R.L. **Tax reform in Brazil: small achievements and great challenges**. Texto para Discussão No 436. Departamento de Economia PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC. 2000.

WYCKOFF, P.G. **Bureaucracy, Efficiency, and Local Public Choice: an Empirical Test of Some new Implications of Bureaucratic Public Service Provision**. Ph Dissertation. Department of Economics. Michigan University. 1984.

_____. A bureaucratic theory of flypaper effect. **Journal of Urban Economics**. v. 23, p115-29. 1988.

_____. The elusive flypaper effect. **Journal of Urban Economics**. v. 30, p 293-305. 1991.